

Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas,v. 16 nº jan. / dez. 2015

Doutrina

A atuação do Ministério Público em face do funcionamento das casas noturnas em Manaus
Larissa Cristina Alves Rojas

A desobediência civil na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: previsão implícita a partir dos princípios da soberania popular e cidadania
André Luiz Rocha Pinheiro

A retroatividade da lei penal mais benéfica e a (im)possibilidade de combinação de leis penais: uma análise à luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema
Jamily Izabela de Brito Silva

Criminalização, Teoria do Etiquetamento e Racismo Institucional na Polícia: autorrealização de uma amarga profecia

Felipe Augusto Fonseca Vianna

Descentralização da competência da gestão ambiental no Amazonas: Aspectos legais e práticos
Laís Rejane de Carvalho Freitas

Miguel Petrere Jr

Ineficácia dos artigos 89 e 96 da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública Federal (Lei nº 8.666/1993)

Luiza Veneranda Pereira Batista

Novos delineamentos sobre o conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público
João Gaspar Rodrigues

O princípio da tutela do melhor interesse do hipervulnerável paciente-usuário de plano de saúde
Amanda da Silva Campos

Os decretos e suas multifuncionalidades
Emerson Cardoso dos Santos

Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas,v. 15 nº jan. / dez. 2014

Doutrina

A aplicação do princípio da proporcionalidade para solução de conflitos entre direitos fundamentais

Tibério Celso Gomes dos Santos

A mitigação da produção de provas ilícitas por derivação à luz da Lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008

Rafael da Silva Menezes; Cristine Cavalcanti Gomes

A não vinculação constitucional de receitas públicas para educação como ato de improbidade administrativa

Ivana Mussi Gabriel

Ativismo judicial e o problema metodológico da discricionariedade judicial para a formação de uma política criminal

Isaac Sabbá Guimarães

Da concepção à implantação do “Projeto Lixo Amigo” na cidade de Novo Airão

João Gaspar Rodrigues

Dignidade do bem jurídico penal tributário

Yuri de Barros Lourenço

Internacionalização do Direito Penal e os crimes de competência do Tribunal Penal Internacional

Arlindo Severino Teixeira de Oliveira

O direito dos cadeirantes a um ambiente acessível previsto na legislação em vigor aplicada em Manaus

Larissa Cristina Alves Rojas

O princípio da proporcionalidade como solucionador de conflitos entre normas de direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988

André Luiz Rocha Pinheiro

Panorama sobre o controle das ações policiais no Brasil

João Gaspar Rodrigues

Qual a função do direito penal? O crime como lesão da possibilidade de livre disposição de uma relação

Felipe Augusto Fonseca Viana

Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas,v. 14 nº 1 / 2 2013

Texto completo em PDF no endereço:

http://www.mpam.mp.br/arquivos/revista/revista_juridica_vol_14.pdf

DOUTRINA

A prescrição no direito da criança e do adolescente infracional –existe?

Nasser Abraham Nasser Netto

Diretivas antecipadas de vontade e testamento vital: A tutela efetiva do direito à morte digna

Paulo Bernardo Lindoso e Lima

O ativismo, o garantismo e o cooperacionismo processual

Vitor Fonsêca

O denuncismo e sua funcionalidade em ambiente democrático

João Gaspar Rodrigues

O direito dos cadeirantes a um ambiente acessível previsto na legislação em vigor aplicada em Manaus

Larissa Cristina Alves Rojas

Os desafios das mulheres no cenário democrático brasileiro do século XXI

João Gaspar Rodrigues

Princípio da irrelevância penal do fato, princípio da insignificância e crimes bagatelares: distinção necessária ou criação inoportuna?

Felipe Augusto Fonseca Viana

Responsabilidade civil hospitalar: entre a jurisprudência e o atuar Ministerial

Maurilio Casas Maia

Um estudo junto ao poder judiciário amazonense sobre a eficácia punitiva no crime de excesso de exação

Daniel Antonio de Aquino Neto e Gissele Santiago Pimentel

Um estudo sobre o sequestro internacional de crianças no Brasil com base na Convenção de Direito Internacional Privado da Haia

Débora Katarinne de Souza Rodrigues

TRABALHO FORENSE

Ação Rescisória

Públiso Caio Bessa Cyrino